



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Medida Provisória nº 766, de 2017			
Autor DEP. HELDER SALOMÃO			Nº do Prontuário	
1. <u>Supressiva</u> 2. <u>Substitutiva</u> 3. <u>X Modificativa</u> 4. <u>Aditiva</u> 5. <u>Substitutivo Global</u>				
Página	Artigo 2º	Parágrafo 9º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao parágrafo 9º do artigo 2º da MP 766, de 04 de janeiro de 2017, a seguinte redação:
"§ 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil dispõe do prazo de **dois anos** para a análise da quitação na forma prevista no caput, sem prejuízo para o sujeito passivo da emissão de certidão negativa no ato de homologação da adesão ao PRT." (NR).

Justificação

A redação original do § 9º do art. 2º da MP n.º 766, de 2017, prevê o **prazo de cinco anos** para que Secretaria de Receita Federal faça a análise e homologue a quitação do débito tributário do contribuinte que aderir ao Programa de Regularização Tributária.

Esse prazo dilatado cria uma insegurança jurídica para o contribuinte, especialmente para empresas, que podem fazer seu planejamento de investimentos acreditando que estão adimplentes com o fisco. Entretanto, em razão do prazo para revisão da quitação do débito tributária, pode haver um lançamento de débito tributário não previsto pela empresa. O evento de um débito tributário não previsto no planejamento financeiro da empresa pode no limite inviabilizar um plano de investimento, ou mesmo sua operação econômica usual.

Da mesma forma, não é desprezível a insegurança jurídica também para a pessoa física. Esse contribuinte pode contrair uma dívida de longo prazo, junto ao sistema financeiro, para comprar um ativo, como uma moradia, e seu planejamento financeiro para quitar seu passivo pode levar a um desequilíbrio patrimonial pelo surgimento de um lançamento de débito tributário não previsto.

Em razão do exposto, a manutenção de um prazo de **cinco anos** para a análise da quitação do débito tributário do contribuinte que aderir ao Programa de Regularização Tributária gera uma insegurança jurídica que prejudica o investimento das pessoas jurídicas, mas também das pessoas físicas, o que afeta o funcionamento saudável da economia.

PARLAMENTAR